

A Revolução Francesa e o Brasil



**Alternativas
fora da
guilhotina,
como solução
para os
problemas**

Luís XVI (Itamar Franco) era um sujeito bem-intencionado, mas sem pulso político para governar. Ascendera ao poder por mero acaso. Se pudesse escolher, jamais optaria por uma posição de tanta responsabilidade como ser chefe de Estado. Não hesitaria em trocar a Corte pelo campo (Juiz de Fora) e suas admiráveis casas. Mas o cruel destino o pôs na ingrata posição de comando.

Depois de inúmeros tropeços, ele acabou escolhendo um bom ministro encarregado de administrar o dinheiro público. Necker (assim como Fernando Henrique Cardoso), com seu brio intelectual e amplo apoio da sociedade, assumiu o posto com a melhor das intenções: restaurar as finanças do país, que se encontravam à beira do caos. Era preciso efetuar uma reforma drástica, zerando o déficit público, arrecadando mais impostos e expondo todos os agentes econômicos às leis de mercado. Todos elogiaram o novo ministro, mas, na hora de colocar

o plano em prática, esbarrou no privilégio dos poderosos.

Os duques das empresas estatais ficaram indignados com a petulância do novo ministro, disposto a cortar seus salários, além do caviar e champagne que consumiam à custa do governo. Aquela pompa de carruagens, fazendas e viagens fazia parte do cargo. Eles já tinham inclusive esquecido o gosto do arroz e feijão. Algo como a definição de Oscar

Wilde, "dê-me o supérfluo que eu dispense o necessário". Os marqueses da política ficaram igualmente indignados. Cortar o dinheiro dos feudos num ano de caça aos votos é uma aberração, esmerneavam.

A Corte vivia em Versalhes (Brasília), longe dos grandes centros urbanos. Por isso, quando chegavam os relatos de que o povo estava reclamando e revoltado com a situação econômica e com a imoralidade política, os governantes achavam que era exagero dos mensageiros. Olhavam pela janela,

e admiravam os jardins bem cuidados de Versalhes; depois fechavam os olhos e escutavam o canto dos passarinhos. Não há com que se preocupar. Afinal, pensavam eles, já resistimos a inúmeras crises e mesmo assim continuamos aqui, fortes como uma rocha. Mas este enfoque foi mudando: meses mais tarde a Revolução Francesa explodiria.

Só havia uma maneira de escapar da Revolução. Encarar a gravidade da situação com realismo e determinação, consolidando uma aliança entre o governo e os reformistas moderados (os girondinos), e aprovando não só as reformas econômicas, mas as de natureza política. Estas são as duas engrenagens do sistema democrático. Sem estabilidade econômica não há democracia. O caos econômico, agravado pela hiperinflação, mina o desejo de liberdade, corrói o ideal da igualdade e devora o espírito da fraternidade. Ele semeia o caminho do radicalismo político.

A outra parte da engrenagem é de natureza política. Uma democracia só pode funcionar se o sistema de governo for capaz de transformar os anseios da população em resoluções políticas. O povo pede saúde, o governo oferece hospitais superlotados e ambulatori-

rios que não têm esparadrapo. O eleitor quer educação, e o governo lhe dá professores malpagos e ensino precário. As pessoas desejam mais segurança e vêem policiais participando de chacinas como a da Candelária.

Enquanto isso, o governo pede aos contribuintes para continuar pagando a carga tributária mais elevada do mundo. No campo político, deveríamos, no mínimo, alterar o sistema eleitoral. Se o nosso sistema fosse adotado por qualquer país do Primeiro Mundo, a estabilidade política desabaria nas primeiras eleições.

Voto obrigatório, atrelado ao sistema proporcional e distorcido pela falta do voto distrital, é nitroglicerina pura. Não há regime democrático que pudesse tolerar essa combinação. O voto obrigatório anula o voto consciente; o sistema proporcional permite não só uma representatividade distorcida na Câmara, mas também a eleição de dezenas de partidos, e a falta do voto distrital distancia o deputado da sua base. Nos tempos atuais, há alternativas mais civilizadas do que a guilhotina para resolver os problemas nacionais. Basta adotá-las.

■ Luiz Felipe D'Ávila é cientista político